

Seguro de Viagem AF Assistência

Documento de informação sobre produtos de seguros

Companhia: AWP P&C SA - SUCURSAL EM Portugal Produto: Assistência Apólice nº400.002

As informações pré-contratuais e contratuais completas relativas ao produto são prestadas noutros documentos.

Qual é o tipo de seguro?

O “Seguro de Viagem AF Assistência” segura bagagem e assistência em viagem.



Que riscos são segurados?

Bagagem

- ✓ Roubo ou perda ou destruição parcial ou total da Bagagem, durante o transporte, por uma empresa de transporte público de passageiros, até um máximo de 800€ por pessoa, menos a franquia de 30€ por pessoa.

Assistência

- ✓ Transporte ou repatriamento em caso de doença ou acidente, ilimitado;
- ✓ Transporte ou Repatriamento em caso de morte, ilimitado e preparação do corpo até um máximo de 750€;
- ✓ Prolongamento de estadia em hotel, até um máximo de 50€ por dia e 7 dias;
- ✓ Bilhete de Ida e Volta para um Familiar e Respectiva Estadia, transporte ilimitado e hotel até um máximo de 50€ por dia e 7 dias;
- ✓ Regresso antecipado por doença ou acidente grave ou morte de um Familiar, ilimitado;
- ✓ Despesas médicas no estrangeiro, até um máximo de 15.000€ por pessoa, menos a franquia de 30€ por pessoa;
- ✓ Gastos odontológicos de urgência, até um máximo de 300€ por pessoa;
- ✓ Transmissão de mensagens urgentes, ilimitado;
- ✓ Assistência jurídica no estrangeiro, até um máximo de 1.500€ por pessoa;
- ✓ Adiantamento de cauções no estrangeiro, até um máximo de 8.000€ por pessoa;
- ✓ Responsabilidade civil, até um máximo de 15.000€ por pessoa, menos a franquia de 75€ por pessoa;
- ✓ Perda de partida por atraso no meio de transporte, até um máximo do preço do bilhete da viagem inicial;
- ✓ Transporte ou repatriamento de menores ou incapacitados em caso de doença ou acidente, ilimitado;
- ✓ Envio de medicamentos para o estrangeiro, ilimitado.

Os benefícios anteriores incluem os casos de doenças epidémicas ou pandémicas do segurado, como a COVID-19.



Que riscos não são segurados?

- ✗ Os riscos apenas serão garantidos desde que o período total da viagem contratada (independentemente do período efectivamente decorrido até ao momento do Sinistro) não exceda mais de 90 (noventa) dias consecutivos.
- ✗ As prestações e indemnizações previstas na Apólice são pagas em excesso e complementarmente a outros seguros contratados, indemnizações dos organizadores da viagem, comparticipações da Segurança Social ou de qualquer outra instituição de previdência de que a Pessoa Segura seja beneficiária.



Há alguma restrição da cobertura?

Principais exclusões:

- ! Qualquer sinistro cuja causa seja conhecida no momento da viagem;
- ! Sinistros que resultem, directa ou indirectamente, de dolo, negligência, culpa ou imprudência do Segurado, bem como qualquer acto fraudulento ou desonesto, ilegal ou que seja contra qualquer proibição ou norma governamental;
- ! Os actos dolosos, a negligência da Pessoa Segura, assim como as lesões auto-infligidas, o suicídio ou a tentativa de suicídio;
- ! Reacção nuclear ou contaminação por armas nucleares ou radioactividade;
- ! Infiltração, poluição, contaminação;
- ! Terramoto, maremoto, inundações, erupções vulcânicas, cinzas vulcânicas, tempestade ciclónica, queda de corpos siderais, meteoritos ou quaisquer outras catástrofes naturais;
- ! Epidemias, pandemias e quarentena, exceto quando expressamente garantido nas seções relativas aos riscos cobertos;
- ! Confinamento, entendido como reclusão ou isolamento obrigatório que se aplica geralmente a uma parte ou à totalidade da população ou amplamente a uma área geográfica, ou que se aplica de acordo com o local de partida, destino ou passagem que o Segurado tem de passar, decretado pelo governo do seu país de origem ou sob parecer da autoridade local correspondente no local de destino ou de passagem durante a sua viagem;
- ! Insolvência financeira ou falha de alguma empresa de transporte, organizadora de viagens ou passeios, hotel ou qualquer outro fornecedor;

- ! Viagens marcadas ou realizadas contra indicação médica;
- ! Custos directos ou indirectos relacionados com doenças terminais diagnosticadas antes da adesão à presente Apólice;
- ! Custos directos ou indirectos relacionados com viagens realizadas com o propósito de efectuar tratamentos, consultas ou reconhecimentos médicos, revisões periódicas, sessões de reabilitação, curas, tratamentos estéticos ou cirurgias cosméticas;
- ! Despesas derivadas de erros ou omissões na reserva da viagem;
- ! Despesas de obtenção, modificação ou renovação de vistos, passaportes ou qualquer outra documentação necessária para a realização de uma viagem;
- ! Sinistros que resultem de confisco, retenção ou destruição por autoridade governamental;
- ! Sinistros que resultem do incumprimento de indicações divulgadas por instituições oficiais ou governamentais devido a: Viagens, incluindo o seu eventual adiamento, com destino a determinado país ou zona geográfica; Greves, motins, condições climatéricas adversas, distúrbios civis ou doenças contagiosas.
- ! Qualquer acto de guerra, civil ou estrangeira, declarada ou não, tumulto popular ou movimentos populares, rebelião, revolução, insurreição, actos de terrorismo ou usurpação de poder por forças militares;
- ! Todo o efeito de uma fonte biológica ou química, substância(s), componente(s) ou acções tomadas directa ou indirectamente com o propósito de alarmar ou destruir a vida humana e/ou criar o pânico publico;
- ! Consumo de álcool, drogas e estupefacientes, salvo os que tenham sido prescritos por um médico e tomados da forma indicada;
- ! Doenças psíquicas, mentais ou nervosas, incluindo depressão, ansiedade ou stress;
- ! Sinistros em que não tenham sido tomadas as acções apropriadas de forma a evitar ou minimizar os riscos cobertos pela presente Apólice.

Principais restrições:

- ! A franquia é aplicável ao reembolso.



Onde estou coberto?

- ✓ As coberturas são válidas para voos com o destino indicado nas Condições Particulares. Todavia, a cobertura de assistência em viagem apenas produzirá efeitos a mais de 30 Km do Domicílio da Pessoa Segura ou a mais de 15 Km se esse Domicilio for nos arquipélagos dos Açores ou na Madeira.



Quais são as minhas obrigações?

- Pagar ao Segurador o Prémio estabelecido nas Condições Particulares;
- Declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador;
- Comunicar ao Segurador, durante a vigência do contrato, as alterações do risco respeitantes ao objecto das informações prestadas;
- Em caso de Sinistro, tomar as medidas e providências ao seu alcance para evitar o agravamento dos danos;
- Observar os procedimentos em caso de Sinistro previstos na presente Apólice.



Quando e como devo pagar?

O Prémio é pago na data de celebração do contrato. O Prémio corresponde ao período de duração do contrato, sendo devido por inteiro. Os Prémios devem ser liquidados pela sua totalidade, na data em que forem devidos, sem fraccionamento. Não serão aceites liquidações parciais dos Prémios ou respectivas fracções.



Quando começa e acaba a cobertura?

As coberturas de bagagem e assistência em viagem produzem efeitos entre as datas e horas da viagem indicada nas Condições Particulares. No caso do Tomador do Seguro ter adquirido apenas uma viagem (*one way trip*), as coberturas referidas no número anterior produzem efeitos até às 24 (vinte e quatro) horas do dia de chegada ao destino da viagem indicado nas Condições Particulares.



Como posso rescindir o contrato?

O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, nos termos gerais, através de carta registada com aviso de recepção e sem justa causa, nos 14 (catorze) dias imediatos à subscrição da apólice, desde que a viagem não se inicie entretanto. E dá lugar ao estorno total do Prémio, excepto quando tenha havido pagamento de qualquer prestação decorrente de Sinistro.

INFORMAÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS

Air France – AF Assistência (85.236): Bagagem + Assist.

A. SEGURADOR

Os contratos de seguro são subscritos pela AWP P&C SA – SUCURSAL EM PORTUGAL, enquanto Segurador, com sede em Lisboa, na Avenida do Brasil, nº56 – 3º, 1700-073 Lisboa, contribuinte fiscal n.º 980359546 e matriculada na Conservatória do registo Comercial de Cascais com o mesmo número.

A AWP P&C SA – SUCURSAL EM PORTUGAL encontra-se registada para exercer a actividade seguradora em Portugal, em regime de estabelecimento.

B. ÂMBITO DO SEGURO

O seguro garante o pagamento das despesas de bagagem e assistência em viagem.

Os riscos apenas serão garantidos pelo Segurador, desde que o período de viagem adquirida junto da Companhia Aérea Societé Air France não exceda mais de 90 (noventa) dias consecutivos e seja realizada pela Pessoa Segura com carácter não profissional.

As coberturas são válidas para voos. Todavia, a cobertura de assistência em viagem apenas produzirá efeitos a mais de 30 (trinta) Km do Domicílio da Pessoa Segura ou a mais de 15 (quinze) Km se esse Domicílio for nos arquipélagos dos Açores ou na Madeira.

C. RISCOS QUE PODEM SER COBERTOS

A. Bagagem

O que está seguro

1. O Segurador garante, até ao limite do Capital Seguro, o pagamento de uma indemnização à Pessoa Segura, em consequência de:
 - a) Roubo da Bagagem;
 - b) Perda ou destruição parcial ou total da Bagagem, durante o transporte, por uma empresa de transporte público de passageiros.
2. Em qualquer dos casos referidos no número anterior, a Pessoa Segura deverá solicitar o reembolso à Companhia Aérea, de handling ou empresa de transporte público de passageiros.

1. A Indemnização é calculada com base no valor de compra dos objectos sinistrados, subtraído da desvalorização causada pela idade, uso e desgaste dos mesmos nos termos seguintes:

- a) Bagagem com idade inferior a 1 ano: 15%;
- b) Bagagem com idade superior a 1 ano: 15% no primeiro ano e 5% nos anos seguintes, até ao limite máximo de 75%.

2. O limite máximo da indemnização para os seguintes objectos é de 50% do Capital Seguro, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- a) Jóias, objectos elaborados com metal precioso, pedras preciosas, pérolas e relógios, apenas estão garantidas contra Roubo e se a Pessoa Segura as estiver a usar no momento do Sinistro ou se tiverem sido depositadas em cofre de hotel;
- b) Material fotográfico, cinematográfico, de gravação ou reprodução de som ou imagem, assim como os seus acessórios, peles e espingardas de caça, apenas estão garantidas contra Roubo e se a Pessoa Segura as estiver a usar no momento do Sinistro ou se tiverem sido depositadas em cofre de hotel.

3. O Capital Seguro constitui a indemnização máxima por Pessoa Segura e por todos os Sinistros sofridos pela Pessoa Segura decorrentes do período da garantia.

4. No caso de destruição total ou parcial da bagagem, assim como a perda durante o traslado efectuado por uma empresa de transporte, o Segurador complementarará, até ao limite do Capital Seguro, a indemnização que corresponda à empresa transportadora.

O que não está seguro

1. Não ficam em caso algum abrangidos pela presente Apólice os sinistros ocorridos em consequência de:

- a) Qualquer sinistro cuja causa seja conhecida no momento de compra da viagem;
- b) Sinistros que resultem, directa ou indirectamente, de dolo, negligência, culpa ou imprudência do Segurado, bem como qualquer acto fraudulento ou desonesto, ilegal ou que seja contra qualquer proibição ou norma governamental;
- c) Os actos dolosos, a negligência da Pessoa Segura, assim como as lesões auto-infligidas, o suicídio ou a tentativa de suicídio;
- d) Reacção nuclear ou contaminação por armas nucleares ou radioactividade;
- e) Infiltração, poluição, contaminação
- f) Terramoto, maremoto, inundações, erupções vulcânicas, cinzas vulcânicas, tempestade ciclónica, queda de corpos siderais, meteoritos ou quaisquer outras catástrofes naturais;
- g) Epidemias, pandemias e quarentena, exceto quando expressamente garantido nas secções anteriores relativas aos riscos cobertos;
- h) Confinamento, entendido como reclusão ou isolamento obrigatório que se aplica geralmente a uma parte ou à totalidade da população ou amplamente a uma área geográfica, ou que se aplica de acordo com o local de partida, destino ou passagem que o Segurado tem de passar, decretado pelo governo do seu país de origem ou sob parecer da autoridade local correspondente no local de destino ou de passagem durante a sua viagem;
- i) Insolvência financeira ou falha de alguma empresa de transporte, organizadora de viagens ou passeios, hotel ou qualquer outro fornecedor;

- j) Viagens marcadas ou realizadas contra indicação médica;
- k) Custos directos ou indirectos relacionados com doenças terminais diagnosticadas antes da adesão à presente Apólice;
- l) Custos directos ou indirectos relacionados com viagens realizadas com o propósito de efectuar tratamentos, consultas ou reconhecimentos médicos, revisões periódicas, sessões de reabilitação, curas, tratamentos estéticos ou cirurgias cosméticas;
- m) Despesas derivadas de erros ou omissões na reserva da viagem;
- n) Despesas de obtenção, modificação ou renovação de vistos, passaportes ou qualquer outra documentação necessária para a realização de uma viagem;
- o) Sinistros que resultem do incumprimento de indicações divulgadas por instituições oficiais ou governamentais devido a:
 - i) Viagens, incluindo o seu eventual adiamento, com destino a determinado país ou zona geográfica;
 - ii) Greves, motins, condições climatéricas adversas, distúrbios civis ou doenças contagiosas.
- p) Qualquer acto de guerra, civil ou estrangeira, declarada ou não, tumulto popular ou movimentos populares, rebelião, revolução, insurreição, actos de terrorismo ou usurpação de poder por forças militares;
- q) Reacções nucleares ou contaminação por armas nucleares ou por radioactividade;
- r) Todo o efeito de uma fonte biológica ou química, substância(s), componente(s) ou acções tomadas directa ou indirectamente com o propósito de alarmar ou destruir a vida humana e/ou criar o pânico publico;
- s) Consumo de álcool, drogas e estupefacientes, salvo os que tenham sido prescritos por um médico e tomados da forma indicada;
- t) Doenças psíquicas, mentais ou nervosas, incluindo depressão, ansiedade ou stress;
- u) Sinistros em que não tenham sido tomadas as acções apropriadas de forma a evitar ou minimizar os riscos cobertos pela presente Apólice.

2. Além das exclusões supra previstas, consideram-se especificamente excluídos de todas as garantias da cobertura de bagagem os seguintes factos:

- a) Qualquer roubo, destruição ou perda:
 - i) Causado intencionalmente pela Pessoa Segura ou por sua negligência grave;
 - ii) Resultante de uma decisão das autoridades competentes, durante uma guerra civil ou guerra internacional, declarada ou não, revoltas e motins populares, greves, actos de terrorismo e qualquer efeito causado por uma fonte radioactiva química ou biológica.
 - iii) Causados por mudança de alojamento.
- b) Os Roubos cometidos por funcionários da Pessoa Segura no exercício das suas funções;
- c) Subtracção de objectos deixados sem vigilância em local público;
- d) Destruição resultante de um defeito no objecto, do seu desgaste normal e natural, derrame de líquidos, óleos, colorantes ou matérias corrosivas que façam parte da bagagem da Pessoa Segura;
- e) Destruição de objectos frágeis, cerâmicos, de cristal, porcelana e mármore;
- f) Furto, perda, esquecimento ou simples extravio de objectos;
- g) Subtracção de objectos no interior de um veículo particular, excepto se tratar-se de um veículo de aluguer;
- h) A compra de artigos de primeira necessidade na viagem de regresso ao Domicílio da Pessoa Segura.

3. Ficam excluídos da presente garantia os seguintes objectos:

- a) Os documentos, bilhetes de identidade, cartões de crédito ou débito, cartões magnéticos, bilhetes de transporte, dinheiro, títulos de valores e chaves;
- b) Bicicletas, espingardas de caça, pranchas de Windsurf, pranchas de Ski ou Snowboard e todo tipo de material desportivo;
- c) Material de carácter profissional;
- d) Instrumentos de música, objectos de arte, antiguidades, colecções e mercadorias;
- e) Óculos, lentes de contacto, próteses e qualquer tipo de aparelhos ortopédicos;
- f) Aparelhos telefónicos e electrónicos assim como os seus acessórios;
- g) Qualquer tipo de material informático.

B. Assistência em viagem

O que está seguro

1. Transporte ou repatriamento em caso de doença ou acidente

No caso da Pessoa Segura sofrer um acidente ou adoecer subitamente (incluindo doenças epidémicas ou pandémicas, como a COVID-19) no decurso da viagem indicada nas Condições Particulares, o Segurador encarregar-se-á:

- a) Do custo do transporte em ambulância ou outro meio considerado adequado, desde o local da ocorrência até à clínica ou Hospital mais próximo;
- b) Da vigilância por parte da sua equipa médica, em colaboração com o médico assistente da Pessoa Segura, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e do meio mais apropriado para a sua eventual transferência para outro centro hospitalar mais adequado ou até ao seu Domicílio;
- c) Do custo desta transferência pelo transporte mais adequado, até ao centro hospitalar prescrito ou até ao seu Domicílio.
- d) Da organização do repatriamento da Pessoa Segura e dos membros da sua família segurados ou de um acompanhante também seguro, se, por necessidade médica, cuja gravidade será determinada pela equipa médica do Segurador, a Pessoa Segura não puder utilizar o meio de transporte inicialmente previsto para o seu regresso ao Domicílio. Neste caso a Pessoa Segura deverá contactar previamente o Segurador pedindo assistência para o seu caso;
- e) Da organização do transporte até ao destino da viagem inicialmente previsto, se a Pessoa Segura, depois de recuperada, assim como um acompanhante ou os seus familiares seguros, quiserem continuar a viagem, e a saúde da Pessoa Segura o permitir, desde que o custo desta viagem não seja superior ao custo com o transporte de regresso ao seu Domicílio. Qualquer transporte ou repatriamento sanitário, e eventual acompanhamento médico, deve efectuar-se com o prévio acordo entre o médico assistente da Pessoa Segura e a equipa médica do Segurador.

O meio de transporte a utilizar será definido pela equipa médica do Segurador.

2. Transporte ou Repatriamento em caso de morte

Em caso de morte da Pessoa Segura, o Segurador assumirá o pagamento:

- a) Dos gastos de transporte do corpo, desde o lugar do falecimento até ao lugar da sua inumação em Portugal;
- b) Os gastos de acondicionamento necessário para o transporte do corpo, até ao limite do Capital Seguro;
- c) As despesas de transporte em comboio de 1.ª classe ou de avião em classe turística para o regresso dos Familiares da Pessoa Segura ou de um acompanhante, na medida em que os meios inicialmente previstos para o seu regresso não possam ser utilizados devido ao repatriamento da Pessoa Segura.

3. Prolongamento de estadia em hotel

Se após a ocorrência de doença súbita (incluindo doenças epidémicas ou pandémicas, como a COVID-19) ou acidente, o estado da Pessoa Segura, de acordo com opinião médica, não justificar hospitalização mas também não permitir o seu transporte ou repatriamento imediato para o Domicílio, o Segurador encarregar-se-á das despesas com a estadia da Pessoa Segura e de um acompanhante, a partir do momento em que não seja possível utilizar a estadia inicialmente prevista para a viagem e até ao momento em que o transporte ou repatriamento seja possível, tudo dentro do limite do Capital Seguro.

4. Bilhete de Ida e Volta para um Familiar e Respectiva Estadia

Quando a Pessoa Segura se encontre hospitalizada e o seu internamento se preveja de duração superior a 5 (cinco) dias [ou 3 (três) dias em caso de menores ou incapacitados], e não se encontre no local familiar ou qualquer outra pessoa que a possa acompanhar, o Segurador suportará as despesas a realizar por um familiar, com a passagem de ida e volta de comboio em 1.ª classe ou de avião em classe turística, com partida de Portugal, para ficar junto dela, responsabilizando-se ainda pelas despesas de estadia, tudo até ao limite do Capital Seguro.

As despesas de estadia só serão suportadas quando a Pessoa Segura se encontre hospitalizada fora do seu país de Domicílio.

5. Regresso antecipado por doença ou acidente grave ou morte de um Familiar

O Segurador garante o pagamento de um bilhete de comboio de 1.ª classe ou avião em classe turística, para que a Pessoa Segura e cônjuge ou unido de facto, ascendente, descendente ou irmãos, possam regressar ao seu Domicílio em caso de doença grave, acidente grave ou morte de um Familiar da Pessoa Segura, tal como definidos no artigo 1.º.

Por doença grave entende-se qualquer alteração involuntária do estado de saúde do Familiar da Pessoa Segura, diagnosticada por médico e que implique necessidade de hospitalização (incluindo doenças epidémicas ou pandémicas, como a COVID-19);

Por acidente grave entende-se qualquer dano corporal causado ao Familiar da Pessoa Segura, de carácter fortuito, súbito e imprevisto, devido a uma causa exterior à vontade da Pessoa Segura e que, de acordo com opinião médica, implique necessidade de hospitalização.

A pedido da Pessoa Segura ou dos familiares em causa, o bilhete que permita o regresso ao Domicílio poderá ser substituído por um bilhete de ida e volta para um único membro da família.

Não serão reembolsados os regressos antecipados não solicitados ou que não tenham sido organizados pelo Segurador.

A Pessoa Segura deverá facultar ao Segurador os documentos justificativos da causa de regresso antecipado, nomeadamente relatórios médicos.

6. Despesas médicas no estrangeiro

Se em consequência de acidente ou doença súbita ocorrida durante a viagem indicada nas Condições Particulares, a Pessoa Segura necessitar assistência médica, cirúrgica, farmacêutica ou hospitalar no estrangeiro, o Segurador suportará, até ao limite do Capital Seguro:

- a) As despesas e honorários médicos e cirúrgicos;
- b) Os gastos farmacêuticos prescritos por médico;
- c) Os gastos de hospitalização, até ao momento em que o repatriamento da Pessoa Segura seja clinicamente possível e aconselhável.

Estão incluídas, até ao limite do Capital Seguro, as despesas decorrentes do diagnóstico de uma doença epidémica ou pandémica como a COVID-19, desde que o Segurado não tenha viajado contra o conselho do Governo do seu país de origem ou contra o conselho da Autoridade Local correspondente no seu destino de viagem.

Esta garantia fica condicionada à prévia intervenção da Segurança Social ou qualquer outro organismo obrigado a prestar assistência, de cuja existência se obriga a Pessoa Segura a facultar dados ao Segurador.

A pessoa Segura deverá obter o Cartão Europeu Seguro de Doença (CESD) sempre que se desloque para um dos estados membros da União Europeia, Islândia, Liechtenstein, Noruega ou Suíça.

7. Gastos odontológicos de urgência

O Segurador garante, até ao limite do Capital Seguro, o reembolso de gastos odontológicos que se produzam fora do país do Domicílio e que por infecção, traumatismo ou dor, requeiram um tratamento de urgência.

8. Transmissão de mensagens urgentes

O Segurador, na sequência de um Sinistro coberto pela Apólice, encarregar-se-á de transmitir mensagens urgentes de que seja incumbido pela Pessoa Segura, bem como de suportar os custos com as mensagens urgentes que a Pessoa Segura transmita directamente. Neste último caso, o Segurador apenas suportará os gastos que derivem da transmissão de mensagens urgentes após apresentação pela Pessoa Segura da factura correspondente e justificação da urgência da mensagem.

9. Assistência jurídica no estrangeiro

O Segurador garante, até ao limite do Capital Seguro, o pagamento das despesas necessárias à defesa legal da Pessoa Segura perante qualquer tribunal, em consequência de facto ocorrido no decurso da viagem indicada nas Condições Particulares.

A garantia de assistência jurídica no estrangeiro apenas poderá ser accionada desde que os factos que sejam imputados à Pessoa Segura não sejam passíveis de sanção penal no país onde se encontre.

Os factos relacionados com a actividade profissional da Pessoa Segura, os factos dolosos, a utilização de veículos a motor e a responsabilidade contratual estão excluídos desta garantia.

A presente garantia não abrange as taxas de justiça em processo-crime e todo e qualquer encargo de natureza penal.

A presente garantia é acessória da cobertura de assistência, não constituindo uma garantia de protecção jurídica autónoma.

10. Adiantamento de cauções no estrangeiro

O Segurador garante, até ao limite do Capital Seguro, e a título de adiantamento, a caução que seja exigida à Pessoa Segura para garantir a sua liberdade provisória ou comparência em julgamento em consequência de um acidente de viação do qual seja responsável.

O Segurador, antes de proceder ao adiantamento da caução, reserva-se ao direito de solicitar à Pessoa Segura garantia bastante.

No prazo de três meses após o adiantamento efectuado pelo Segurador, ou antes disso, logo após a sua restituição pelo tribunal ou quando ficar definitivo que a mesma não seja restituída, a Pessoa Segura deverá devolver ao Segurador a importância adiantada por este.

Se a Pessoa Segura não devolver ao Segurador o valor da caução adiantada, este reserva-se ao direito de exigir da Pessoa Segura, para além do valor da caução adiantado, o pagamento de juros de mora até integral e efectivo pagamento.

11. Responsabilidade civil

O Segurador garante, até ao limite do Capital Seguro, a responsabilidade civil das Pessoas Seguras pelos danos patrimoniais e não patrimoniais causados involuntariamente a terceiros no decurso da viagem identificada nas Condições Particulares. Em qualquer caso o valor da Franquia estabelecida no quadro de Capitais Seguros e Franquias será sempre a cargo da Pessoa Segura.

O Capital Seguro previsto para a presente garantia compreende o pagamento das custas e gastos judiciais, bem como a constituição de cauções judiciais que sejam exigidas à Pessoa Segura.

12. Perda de partida por atraso no meio de transporte

Se em consequência do atraso do meio de transporte público ou acidente ou avaria do veículo utilizado para chegar ao aeroporto, a Pessoa Segura perder o voo de regresso ao Domicílio ou um voo de ligação, o Segurador indemnizará o Segurado, à escolha deste, dos gastos de hotel e transporte incorridos durante a espera para o próximo voo ou de um novo bilhete para regressar ao Domicílio, tudo até ao limite do Capital Seguro.

A Pessoa Segura deverá facultar ao Segurador os documentos justificativos emitidos pela empresa de transporte público que certifiquem o atraso, documento comprovativo do acidente ou avaria, assim como documentos comprovativos dos gastos realizados. A presente garantia apenas funcionará quando a empresa de transporte público em causa não deva assumir o pagamento de qualquer indemnização.

13. Transporte ou repatriamento de menores ou incapacitados em caso de doença ou acidente

Se a Pessoa Segura estiver acompanhada apenas por filhos menores ou incapacitados, e for repatriada nos termos desta cobertura, o Segurador responsabiliza-se pela deslocação de uma pessoa que acompanhe os menores ou incapacitados na sua viagem de regresso.

No caso do Segurador organizar o repatriamento de um menor ou incapacitado e este se encontre só, o Segurador encarrega-se dos gastos com uma pessoa que acompanhe o menor ou incapacitado no repatriamento.

14. Envio de medicamentos para o estrangeiro

O Segurador garante as despesas com o envio, para o local no estrangeiro onde a Pessoa Segura se encontre, dos medicamentos indispensáveis de uso habitual da mesma e não existentes no local ou que aí não tenham sucedâneos.

No entanto, a responsabilidade da Seguradora termina se, de acordo com informação do INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde o medicamento não existir no mercado português.

O que não está seguro

1. Além de outras exclusões previstas, consideram-se expressamente excluídas de todas as garantias da cobertura de assistência em viagem as prestações que não tenham sido solicitadas ao Segurador ou que tenha sido organizadas directamente pela Pessoa Segura, sem o acordo prévio do Segurador, salvo os casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada.

2. Não ficam em caso algum abrangidos pela presente Apólice os sinistros ocorridos em consequência de:

- a) Qualquer sinistro cuja causa seja conhecida no momento de compra da viagem;
- b) Sinistros que resultem, directa ou indirectamente, de dolo, negligência, culpa ou imprudência do Segurado, bem como qualquer acto fraudulento ou desonesto, ilegal ou que seja contra qualquer proibição ou norma governamental;
- c) Os actos dolosos, a negligência da Pessoa Segura, assim como as lesões auto-infligidas, o suicídio ou a tentativa de suicídio;
- d) Reacção nuclear ou contaminação por armas nucleares ou radioactividade;
- e) Infiltração, poluição, contaminação
- f) Terramoto, maremoto, inundações, erupções vulcânicas, cinzas vulcânicas, tempestade ciclónica, queda de corpos siderais, meteoritos ou quaisquer outras catástrofes naturais;
- g) Epidemias, pandemias e quarentena, exceto quando expressamente garantido nas secções anteriores relativas aos riscos cobertos;
- h) Confinamento, entendido como reclusão ou isolamento obrigatório que se aplica geralmente a uma parte ou à totalidade da população ou amplamente a uma área geográfica, ou que se aplica de acordo com o local de partida, destino ou passagem que o Segurado tem de passar, decretado pelo governo do seu país de origem ou sob parecer da autoridade local correspondente no local de destino ou de passagem durante a sua viagem;
- i) Insolvência financeira ou falha de alguma empresa de transporte, organizadora de viagens ou passeios, hotel ou qualquer outro fornecedor;
- j) Viagens marcadas ou realizadas contra indicação médica;
- k) Custos directos ou indirectos relacionados com doenças terminais diagnosticadas antes da adesão à presente Apólice;

- l) Custos directos ou indirectos relacionados com viagens realizadas com o propósito de efectuar tratamentos, consultas ou reconhecimentos médicos, revisões periódicas, sessões de reabilitação, curas, tratamentos estéticos ou cirurgias cosméticas;
- m) Despesas derivadas de erros ou omissões na reserva da viagem;
- n) Despesas de obtenção, modificação ou renovação de vistos, passaportes ou qualquer outra documentação necessária para a realização de uma viagem;
- o) Sinistros que resultem do incumprimento de indicações divulgadas por instituições oficiais ou governamentais devido a:
 - i) Viagens, incluindo o seu eventual adiamento, com destino a determinado país ou zona geográfica;
 - ii) Greves, motins, condições climatéricas adversas, distúrbios civis ou doenças contagiosas.
- p) Qualquer acto de guerra, civil ou estrangeira, declarada ou não, tumulto popular ou movimentos populares, rebelião, revolução, insurreição, actos de terrorismo ou usurpação de poder por forças militares;
- q) Reacções nucleares ou contaminação por armas nucleares ou por radioactividade;
- r) Todo o efeito de uma fonte biológica ou química, substância(s), componente(s) ou acções tomadas directa ou indirectamente com o propósito de alarmar ou destruir a vida humana e/ou criar o pânico publico;
- s) Consumo de álcool, drogas e estupefacientes, salvo os que tenham sido prescritos por um médico e tomados da forma indicada;
- t) Doenças psíquicas, mentais ou nervosas, incluindo depressão, ansiedade ou stress;
- u) Sinistros em que não tenham sido tomadas as acções apropriadas de forma a evitar ou minimizar os riscos cobertos pela presente Apólice.

3. Para além de outras exclusões previstas, ficam expressamente excluídas da cobertura de assistência em viagem as seguintes situações:

- a) Os sinistros ocorridos em caso de guerra, declarada ou não, motins, movimentos populares ou de natureza similar, excepto nos casos em que a Pessoa Segura seja surpreendida pelo início do conflito no estrangeiro. Neste caso as garantias do seguro cessarão 14 dias após o início do conflito;
- b) As actividades relacionadas com a prática de tiro com zarabatana, tiro com arco, passeios em balão de ar quente, windsurf, kitesurf, navegação em barco à vela ou a motor, pesca, bicicleta de montanha, canoa, kayak, montanhismo, orientação, excursões a cavalo, quads, excursões em veículos 4x4, karts, trekking, paintball, motos de água, ultraligeiro, helicóptero, ski aquático, rafting, parapente, paraquedismo, snowboard, ski. A prática de todo o tipo de desporto a título profissional, remunerado ou não remunerado, em competição ou em treino. Os Sinistros ocorridos durante a participação num desporto aéreo, incluindo queda livre, parapente e asa-delta, ou qualquer um dos seguintes desportos: skeleton, bobsleigh, sky-jumping, montanhismo, escalada, mergulho, bungee-jumping, sky-diving ou actividades associadas à espeleologia;
- c) Qualquer tipo de viagem com fins terapêuticos;
- d) A busca e resgate de pessoas no mar, montanha ou zonas desertas;
- e) Custos com enterro ou cerimónia fúnebre;
- f) Consequências do tratamento de uma doença não curada e da qual a Pessoa Segura não esteja restabelecida no momento do início da viagem, ou que, de acordo com a equipa médica do Segurador, estivesse contra-indicada a realização dessa viagem;
- g) Os repatriamentos ou transportes sanitários efectuados em consequência de doenças psíquicas que não requeiram internamento no hospital de destino superior a 24 horas.

4. Para além de outras exclusões previstas, nomeadamente as referidas no número anterior, ficam expressamente excluídas da garantia de despesas médicas as seguintes situações:

- a) Qualquer gasto médico produzido no país de domicílio ou nacionalidade da Pessoa Segura;
- b) Doenças Pré-existentes, conhecidas ou não pelo segurado. Ficam abrangidos os agravamentos consequentes de doenças Pré-existentes que possam existir durante a viagem;
- c) Tratamento de doenças previamente conhecidas;
- d) Tratamentos de Spa, Terapia Solar, helioterapia, Tratamento de Emagrecimento, termas, rejuvenescimento ou qualquer tratamento estético e de bem-estar;
- e) Implantes, Próteses ortopédicas, ortópticas ou outras, e os respectivos custos de colocação/ desenvolvimento, bem como os custos de reabilitação e de fisioterapia;
- f) Custos de vacinação, de tipo odontológico e derivados de qualquer tratamento não urgente;
- g) Os gastos de contracepção e interrupção voluntária da gravidez;
- h) Despesas que, segundo a equipa médica do Segurador, estejam contra-indicadas com a patologia que a Pessoa Segura apresenta;
- i) Gastos produzidos a menos de 30 Km do Domicilio da Pessoa Segura ou de 15 Km se se tratar dos arquipélagos dos Açores ou da Madeira;
- j) Despesas de medicina preventiva;
- k) Os gastos relativos a alguma doença crónica ou complicação da gravidez;
- l) Os gastos produzidos por tratamentos iniciados no país de origem;
- m) Os gastos relativos a qualquer doença do foro mental;
- n) As consequências de doenças ou lesões inofensivas que possam ser tratadas no local de destino da viagem sem qualquer inconveniente para a Pessoa Segura;
- o) Custos derivados de tratamentos Homeopatas, Osteopatas, Naturopatas e outros tratamentos directa ou indirectamente relacionados a medicinas tradicionais ou alternativas;
- p) Qualquer gasto ocorrido após a data fim da viagem.

5. Para além de outras exclusões previstas, nomeadamente as referidas no n.º 3, ficam expressamente excluídas da garantia de Responsabilidade Civil as seguintes situações:

- a) Danos resultantes da utilização pela Pessoa Segura de veículos mecânicos ou motorizados assim como os reboques atrelados a tais veículos, aeronaves e embarcações, assim como pelo uso ou propriedade de armas de qualquer tipo ou natureza;
- b) Qualquer dano provocado pelo resultado da actividade profissional da Pessoa Segura, de um parente ou acompanhante da mesma, da participação em qualquer actividade organizada por uma associação sem fins lucrativos;
- c) Quaisquer responsabilidades contratuais;
- d) Danos resultantes da participação da Pessoa Segura em quaisquer práticas desportivas de carácter profissional;
- e) Os danos causados a animais ou coisas emprestadas, locadas ou deixadas em depósito;
- f) Qualquer dano sofrido por alguém que seja empregado, parente da Pessoa Segura ou seu acompanhante ou seja causado pela tarefa que deveriam executar;
- g) Danos produzidos a familiares ou a pessoas que convivam com a Pessoa Segura;
- h) Os litígios entre Pessoas Seguras;
- i) Os danos causados pela Pessoa Segura em lutas, apostas, manifestações ou tumultos;
- j) Os danos causados pela Pessoa Segura sob influência do álcool, drogas ou estupefacientes;
- k) Os danos produzidos pela prática de ski ou de qualquer outro tipo de desporto aventura;
- l) As multas ou quaisquer tipos de sanções;
- m) Qualquer dano causado deliberadamente pela Pessoa Segura;
- n) Qualquer dano provocado por um animal que pertença ou esteja à guarda da Pessoa Segura;
- o) Qualquer Dano em que a Pessoa Segura assuma unilateralmente a sua responsabilidade, sem o acordo do Segurador;
- p) Danos sujeitos a seguro obrigatório de responsabilidade civil ou para os quais possua outro seguro de responsabilidade civil;
- q) Qualquer dano causado a terceiros, relacionado com fogo, explosão ou inundação;
- r) Os sinistros inferiores à franquia estabelecida no quadro de capitais seguros e franquias anexo;
- s) Danos produzidos por actuação das Forças Armadas ou Forças e Corpos de Segurança, em tempos de Paz.

D. PRÉMIO

O prémio é devido na data de celebração do contrato.

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do Prémio.

A falta de pagamento do prémio determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

O valor do prémio é o constante da simulação.

Os valores da presente simulação assentam num conjunto de pressupostos, como sejam os dados que nos indicou e a inexistência de factores de agravamento de risco. Para os dados indicados, apurou-se o prémio indicado na simulação que inclui cargas fiscais e parafiscais em vigor à data da simulação. A informação prestada é válida apenas no decurso de cada simulação efectuada.

E. DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

Antes da celebração do contrato, o Tomador do Seguro e a Pessoa Segura estão obrigados a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador, ainda que a respectiva menção não seja solicitada em questionário por este fornecido.

Em caso de incumprimento negligente desta obrigação, o Segurador pode propor a alteração do contrato ou fazê-lo cessar.

Em caso de incumprimento doloso desta obrigação, o Segurador pode declarar o contrato nulo.

F. RESPONSABILIDADE MÁXIMA DO SEGURADOR

A responsabilidade máxima do Segurador está limitada ao valor dos capitais seguros em cada risco coberto, os quais são atribuídos por Pessoa Segura ou Bagagem.

As coberturas indicadas estão sujeitas aos limites de indemnização, franquias, exclusões e períodos de carência estabelecidos nas Condições Contratuais aplicáveis.

G. INÍCIO E DURAÇÃO DO CONTRATO E DAS COBERTURAS

A cobertura de cancelamento de viagem entra em vigor 24 (vinte e quatro) horas após subscrição da Apólice, subscrição essa que deve coincidir com a data de reserva da viagem junto da Companhia Aérea, e produz efeitos até à data e hora de início da primeira viagem indicada nas Condições Particulares.

As coberturas de bagagem e assistência em viagem produzem efeitos entre as datas e horas da viagem indicada nas Condições Particulares.

No caso do Tomador do Seguro ter adquirido apenas uma viagem (one way trip), as coberturas referidas no número anterior produzem efeitos até às 24 (vinte e quatro) horas do dia de chegada ao destino da viagem indicado nas Condições Particulares.

H. CESSAÇÃO DO CONTRATO

O contrato de seguro cessa nos termos gerais, nomeadamente por caducidade, revogação, denúncia e resolução.

Não obstante, não se prever a possibilidade de livre resolução do contrato de seguro, desde que a viagem não se inicie entretanto, o Segurador permite que o Tomador do Seguro, no prazo máximo de 14 (catorze) dias a contar da subscrição do Contrato, possa resolver o mesmo, com efeito retroactivo ao seu início, sem necessidade de pagamento de qualquer indemnização e sem necessidade de indicar o motivo.

O não exercício do direito de livre resolução faz caducar o mesmo, com a conseqüente consolidação do contrato.

Neste caso, o Segurador tem direito ao valor do prémio calculado proporcionalmente ao tempo decorrido na medida em que tenha suportado o risco.

A livre resolução do contrato de seguro deve ser notificada ao Segurador através do e-mail info@allianz-assistance.pt.

I. RECLAMAÇÕES

A. Função Responsável pela Gestão de Reclamações

O Segurador dispõe de uma unidade orgânica específica para receber, analisar e dar resposta às reclamações efetuadas, as quais devem ser remetidas ao cuidado do serviço de Gestão de Reclamações, através dos seguintes meios:

Morada:
Allianz Global Assistance
Gestão de reclamações
Av. do Brasil, 56, 3º Piso
1700-073 Lisboa

Tel: 210049206

E-mail: gestao.reclamacoes@allianz-assistance.pt

A informação geral relativa à política de tratamento dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários e terceiros lesados e gestão de reclamações encontra-se disponível em www.allianz-assistance.pt.

B. Provedor do Cliente

Apenas poderão ser dirigidas ao Provedor, as reclamações que já tenham sido objeto de apreciação por parte do Departamento de Gestão de Reclamações do segurador.

Para efeitos do presente contrato, os Reclamantes que pretendam solicitar a intervenção do Provedor do Cliente, deverão dirigir as respetivas Reclamações para:

Allianz Global Assistance
A/C Provedoria do Cliente
Av. do Brasil, 56 – 3.º piso 1700-073 Lisboa

E-mail: provedor.cliente@allianz-assistance.pt

A informação geral relativa à gestão de reclamações encontra-se disponível para consulta em www.allianz-assistance.com.pt.

C. Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Podem ser apresentadas igualmente reclamações no âmbito do presente contrato à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).

J. LEI APLICÁVEL E FORO

As relações pré-contratuais são estabelecidas ao abrigo da lei portuguesa.

O Segurador propõe a aplicação da lei portuguesa ao contrato de seguro.

Sem prejuízo das exceções previstas na lei processual civil, o foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

K. AUTORIDADE DE SUPERVISÃO

O Segurador está sujeito à supervisão da *Autorité de Contrôle Prudentiel et de Résolution (ACPR)*, em França, sem prejuízo das competências próprias da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões nesta matéria.

L. ARBITRAGEM

A gestão de reclamações pelo Segurador não prejudica o direito de recurso aos tribunais ou a mecanismos de resolução extrajudicial de litígios - Entidades de RAL (www.consumidor.gov.pt). Com exceção dos conflitos de consumo de reduzido valor económico, que estão sujeitos a arbitragem necessária ou mediação, nos restantes casos, o recurso às Entidades RAL e a adesão à arbitragem pelo Segurador é casuística.

Sem prejuízo do acima mencionado, os direitos emergentes do presente contrato prescrevem no prazo de cinco anos a contar da data em que o titular teve conhecimento do direito, sem prejuízo da prescrição ordinária a contar do facto que lhe deu causa.

M. DADOS PESSOAIS

Quem é o responsável pelo tratamento?

O responsável pelo tratamento é a pessoa singular ou coletiva que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais.

O responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais é a:

AWP P&C SA - Sucursal em Portugal

Av. do Brasil, 56, 3.º Piso
1700-073 Lisboa, Portugal

NIPC/NIF 980 359 546

A AWP P&C SA – Sucursal em Portugal, também atua no mercado português sob a designação comercial de Allianz Global Assistance.

Que dados pessoais serão recolhidos?

Por dados pessoais entende-se qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”).

Tratamos as seguintes categorias de dados pessoais:

Dados pessoais	Exemplos
Identificação e contactos	Nome, morada, e-mail, telefone.
Outros dados de identificação	Data de nascimento, número de identificação fiscal, número de identificação civil ou de outro documento de identificação, se distinto (passaporte, carta de condução, etc.).
Localização	Referência geográfica do cliente num determinado momento, para prestação do serviço.
Dados de saúde	Dados de saúde no caso de nos solicitar um serviço que funcione em caso de acidente, doença ou morte.
Dados bancários	IBAN para processar qualquer pagamento.

Os dados pessoais podem ser os do próprio titular ou de terceiros (beneficiários das prestações, por ex.) que de alguma forma tenham autorizado o seu uso. O utilizador ou o tomador do seguro é o único responsável em obter o consentimento dos terceiros titulares dos dados, que não sendo seus submete no momento da aquisição do produto ou da subscrição do seguro.

Recolher os dados pessoais constitui uma obrigação contratual e um requisito necessário para celebrar um contrato e ter acesso aos nossos produtos e serviços. O titular dos dados está obrigado a fornecer os dados pessoais, caso contrário poderemos não poder fornecer-lhe os produtos ou serviços que nos solicitou e nos quais está interessado, ou providenciar-lhe alguma assistência no decurso do contrato.

Fornecer os dados de identificação, morada e número de identificação fiscal, constitui também uma obrigação legal nos termos da Lei do Contrato de Seguro. No caso de ser contratada uma cobertura de acidentes pessoais com beneficiários em caso morte, é ainda obrigatória por lei a submissão dos seguintes dados: nome, número de identificação civil ou de outro documento de identificação, se distinto, número de identificação fiscal do segurado e do beneficiário e ainda a morada deste.

Como iremos obter e usar os seus dados pessoais?

Os dados pessoais recolhidos serão tratados para diversas finalidades, conforme referido infra, e com o seu expresso consentimento a menos que a lei ou regulamentação aplicável não requeiram a obtenção do mesmo:

Finalidades	Exemplos
Execução de contrato ou diligências pré-contratuais	Para subscrição de um seguro, prestação de serviços ou para a gestão de qualquer sinistro que nos seja participado por si ou para a gestão de qualquer ocorrência no âmbito do contrato, contabilidade e faturação.
Cumprimento de obrigações legais	Para efeitos de registo central dos seguros de vida e de acidentes pessoais, comunicação das faturas emitidas à Autoridade Tributária, para combate ao branqueamento de capitais, respostas a entidades judiciais, de regulação e de supervisão.
Defesa de interesses vitais	Em caso de situações de urgência médica, no âmbito de uma prestação de assistência.
Prossecação de interesses legítimos	Os dados pessoais poderão ser utilizados para fins estatístico-atuariais e de prevenção de fraude.
Gravação de chamadas	Para efeito da monitorização da qualidade do atendimento e para prova das transações comerciais, após obtido o seu consentimento.
Marketing e vendas	Marketing ou venda de novos produtos ou serviços, após obtido o seu consentimento.
Gestão de reclamações e contencioso	Para gestão de reclamações e conflitos.

Para as finalidades indicadas supra, poderemos também tratar dados pessoais recebidos de entidades terceiras como sejam distribuidores de seguros ou parceiros de negócios, autoridades judiciais ou administrativas ou outras seguradoras ou resseguradoras.

Quem terá acesso aos seus dados pessoais?

Para as finalidades indicadas, os seus dados pessoais podem ser divulgados a terceiros. Terceiros são as pessoas singulares ou coletivas, as autoridades públicas, os serviços ou organismos que não sejam o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais.

Para as finalidades indicadas, também podemos ter de recorrer a outras entidades (“subcontratantes”) para a prestação de determinados serviços, os quais apenas atuarão de acordo com nossas instruções. Subcontratantes são as pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.

Poderemos divulgar os seus dados pessoais aos seguintes terceiros ou comunicar os seus dados pessoais aos seguintes subcontratantes:

Terceiros	Exemplos
Outras empresas do Grupo Allianz	Nomeadamente à nossa “casa mãe” para efeitos contabilísticos ou regulatórios.
Autoridades judiciais ou administrativas	Em cumprimento de obrigação legal a cargo do Segurador, nomeadamente a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, AT - Autoridade Tributária ou aos Tribunais.
Resseguradores ou cosseguradores	Para redistribuição do risco através de resseguro ou cosseguro.
Entidades Financeiras	Para efeitos de processamento de qualquer pagamento no âmbito do contrato.
Prestadores de serviço	Para prestar os serviços objeto do contrato (reboques, táxis, serviços de reparação, etc.), empresas de marketing e publicidade.

Subcontratantes	Exemplos
Outras empresas do Grupo Allianz	Nomeadamente a outras empresas do grupo do segurador encarregues de gerir, por conta do responsável pelo tratamento, os sinistros que ocorram ao abrigo do contrato de seguro.
Provedor do cliente	Caso apresente alguma reclamação no âmbito do contrato de seguro.

Onde serão processados os meus dados pessoais?

Os seus dados pessoais podem ser processados dentro e fora do Espaço Económico Europeu (EEE) pelas entidades mencionadas na Secção anterior, tendo em atenção sempre as restrições contratuais em matéria de confidencialidade e segurança, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis em matéria de proteção de dados. Não divulgaremos os seus dados pessoais a quem não esteja autorizado a processá-los.

Sempre que transferirmos os seus dados pessoais para serem tratados fora do EEE por outra empresa do Grupo Allianz, teremos como base as regras vinculativas aplicáveis à Allianz, conhecidas como Allianz Privacy Standard (Allianz BCR), que estabelecem uma proteção adequada dos dados pessoais e são obrigatórias para todas as empresas do Grupo Allianz. As regras vinculativas aplicáveis à Allianz podem ser consultadas [aqui](#).

Nos casos em que as regras vinculativas aplicáveis à Allianz não se apliquem, tomaremos as medidas necessárias para garantir que a transferência dos seus dados pessoais para fora do EEE recebe o nível de proteção adequado, semelhante à transferência de dados dentro do EEE. Pode saber mais sobre tais transferências através dos contactos disponibilizados infra.

Quais são os seus direitos relativamente aos seus Dados Pessoais?

Quando permitido por lei aplicável ou regulamentação, tem os seguintes direitos:

Direitos	Exemplos
Direito de acesso	Obter a confirmação de que os seus dados pessoais são ou não objeto de tratamento e, nomeadamente, as finalidades do tratamento, as categorias de dados pessoais em questão, destinatários ou categorias de destinatários de dados ou o prazo de conservação dos dados ou os critérios usados para fixar esse prazo.
Direito de retificação	Obter a retificação dos dados pessoais inexatos ou a completar os dados pessoais incompletos.
Direito ao apagamento	Apagar os seus dados pessoais dos nossos registos, se já não forem necessários para os objetivos para os quais foram recolhidos.
Direito à limitação do tratamento	Suspender o tratamento ou limitar o âmbito do mesmo a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.
Direito a retirar o consentimento	Retirar o seu consentimento a qualquer momento, sempre que os seus dados pessoais sejam processados com o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.
Direito à portabilidade	Receber os seus dados pessoais num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outra entidade.
Direito de apresentar uma reclamação	Apresentar uma queixa à autoridade de proteção de dados, a CNPD – Comissão Nacional de Proteção de dados, ou ao nosso Encarregado da Proteção de Dados.
Direito de oposição	Nos casos permitidos pela lei ou pela regulamentação em vigor, opor-se, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito.

Poderá exercer os seus direitos, através dos contactos disponibilizados infra. A Allianz Global Assistance verificará a sua identidade por qualquer meio legalmente admissível.

Durante quanto tempo guardamos os seus dados pessoais?

Os dados pessoais serão conservados pelo período necessário tendo em conta as finalidades para os quais são tratados. Depois de decorrido o respetivo período de conservação, a Allianz Global Assistance eliminará ou anonimizará os dados sempre que os mesmos não devam ser conservados para finalidade distinta que possa subsistir.

Há casos em que a lei obriga ao tratamento e conservação dos dados por um período de tempo mínimo, é o que acontece para efeitos contabilísticos ou fiscais, caso em que a lei impõe a sua conservação por um período de 10 anos.

Mas, sempre que não exista uma obrigação legal específica, os seus dados pessoais serão tratados pelo período de tempo necessário para o cumprimento das finalidades determinantes da sua recolha, de acordo com a lei em vigor e as orientações e decisões da CNPD. É o que se passa com a gestão de clientes no âmbito de um contrato de seguro em que os mesmos serão conservados pelo prazo de 5 anos, sem prejuízo do prazo de prescrição ordinária.

Como nos pode contactar?

Se tiver alguma questão sobre como tratamos os seus dados pessoais, pode contactar-nos através do número 210 049 200, ou através dos seguintes contactos:

ALLIANZ GLOBAL ASSISTANCE

Encarregado da Proteção de Dados

Av. do Brasil, 56 – 3.º Piso

1700-073 Lisboa

E-mail: dados.pessoais@allianz.com

Com que frequência atualizamos a nossa política de privacidade?

Reveremos a nossa política de privacidade com regularidade. Assegurar-nos-emos que a versão mais recente da nossa política de privacidade esteja disponível no nosso *website*.

N. PLANOS DE COBERTURAS E CAPITALIS SEGUROS

Coberturas	Capitais Seguros	Franquias
BAGAGEM		
Roubo, perda e/ou destruição total ou parcial	800€	30€ (por Pessoa Segura)
ASSISTÊNCIA EM VIAGEM		
Transporte ou repatriamento em caso de doença, acidente	Ilimitado	-
Transporte ou repatriamento em de morte	Ilimitado	-
Preparação do corpo	750€	-
Prolongamento de estadia em Hotel	50€ p/ dia, máx.: 7 dias	-
Bilhete de ida e volta para um familiar e respectiva estadia		
Transporte:	Ilimitado	-
Hotel:	50€ p/ dia, máx.: 7 dias	-
Regresso antecipado por doença ou acidente grave ou morte de um Familiar	Ilimitado	-
Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro	15.000€	30€
Gastos odontológicos de urgência	300€	-
Transmissão de mensagens urgentes	Ilimitado	-
Assistência jurídica no estrangeiro	1.500€	-
Adiantamento de cauções no estrangeiro	8.000€	-
Responsabilidade Civil	15.000€	75€
Perda de partida por atraso no meio de transporte	Preço do bilhete da viagem inicial	-
Serviço de informação para viagens ao estrangeiro	Ilimitado	-
Transporte ou repatriamento de menores ou incapacitados em caso de doença ou acidente	Ilimitado	-
Envio de medicamentos para o estrangeiro	Ilimitado	-